

Ata n.º 63 (sessenta e três)

Aos quinze dias do mês de junho do ano dois mil e vinte e dois, pelas dezasseis horas e trinta minutos, foram retomados os trabalhos suspensos no dia 23 de maio de 2022, da Assembleia Geral Anual da PARPÚBLICA – Participações Públicas (SGPS), S.A., com sede na Rua de Santa Marta, n.º 55, 5.º andar, em Lisboa, na qual participaram o Presidente, a Vice-Presidente e a Secretária da Mesa da Assembleia Geral, Dr. João Manuel de Castro Plácido Pires, Dra. Maria de Lurdes Pereira Moreira Correia de Castro e Dra. Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor de Morais, respetivamente, o Presidente e os dois Vogais Executivos do Conselho de Administração, Dr. Jaime Serrão Andrez, Dr. João Carlos da Silva Sacadura Pinhão e Dra. Ana Isabel Bordalo Pereira dos Santos Martins Monteiro Limão, respetivamente, e os Vogais Não Executivos e Membros da Comissão de Auditoria, Dra. Maria João Dias Pessoa de Araújo e Dr. José Miguel Morais de Azevedo Rodrigues, respetivamente. Participou, igualmente, o acionista único, Estado Português, representado pelo Dr. José Manuel Fusco Gato, nos termos do Despacho de 15 de junho de 2022, do Senhor Secretário de Estado do Tesouro. Por motivo de doença grave, não esteve presente o ROC da empresa, CRC-Colaço, Rosa, Coelho & Associados, SROC, Lda.-----

O Presidente da Mesa saudou todos os participantes e verificou estar representada a totalidade do capital social, pelo que considerou estarem reunidas as condições para o funcionamento da Assembleia Geral, podendo esta deliberar sobre todos os assuntos para os quais foi regularmente convocada, nos termos da lei e dos Estatutos. -----

ACTAS

Declarando reaberta a sessão, o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente do Conselho de Administração para, querendo, tecer considerações sobre o exercício de 2021, no âmbito do primeiro e do segundo ponto da ordem de trabalhos. -----

O Presidente do Conselho de Administração apresentou também os seus cumprimentos a todas e a todos os presentes e referiu o seguinte: -----

“Sobre o Relatório de Sustentabilidade (RS): -----

- O RS reflete a integridade corporativa da Parpública (PP) e das suas participadas, analisadas por áreas de negócio, avaliando as práticas e resultados da valorização dos negócios, dos recursos humanos, da Sociedade e do ambiente. -----
- Nele se divulgam as prioridades, resultados e condicionantes da situação económico-financeira, abarcando a sua responsabilidade institucional, social, ambiental e ética. ----
- Inspiramo-nos nas orientações dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável inscritas na Agenda 2030, acrescentámos aos três Pilares tradicionais da Sustentabilidade – Negócio, Sociedade e Ambiente – o Pilar das Pessoas, dos nossos colaboradores e colaboradoras. -----
- A pandemia COVID19 acelerou a utilização do Regime de Teletrabalho tendo a PP otimizado ao máximo os benefícios dessa conciliação num projeto de certificação do Sistema de Gestão da conciliação, de acordo com o normativo NP 45:52 2016. -----
- A mesma Pandemia COVID19 levou a PP a um melhor acompanhamento do desempenho e dos riscos associados a várias dimensões da sustentabilidade corporativa.-
- Mantivemos a aposta na integração em redes de boas práticas – juntando à adesão ao iGen - Fórum de Organizações para a Igualdade e à Plataforma de Trabalho Colaborativo na AP –, a PP aderiu ao Pacto para a Conciliação (antecipar que, em 2022, a PP aderiu ao UN Global Compact / que promove a liderança / Ética, Responsabilidade Social e Sustentabilidade). -----
- Tudo isto numa Sociedade em reorganização, uma reorganização imposta por uma Sociedade e Economia Digitais, com maior preocupação de valores sociais associados à saúde, à segurança, à inclusão, ao bem-estar e à felicidade dos cidadãos, dos cidadãos trabalhadores e das suas famílias, a par da eficácia e da eficiência empresarial e coletiva.
- Finalmente, referir que este Relatório foi elaborado por um conjunto alargado de colaboradores, de diversas áreas, que integram a análise da sustentabilidade da empresa, para assegurar a sua representatividade e envolvimento coletivo. -----

Sobre o Relatório de Gestão e Contas: -----

- O Grupo PP continua a evidenciar uma capacidade de resiliência e de flexibilidade, para a generalidade das empresas, no desempenho económico das suas atividades, suportada na capacidade de adaptação do ambiente de trabalho e operação suportados por soluções organizacionais e tecnológicas; -----

- Não se nega, aqui, o impacto negativo que um ambiente económico adverso ditado pela pandemia, mas antes se releva uma reação estratégica e uma eficiência coletiva da gestão integrada da holding, quanto a eficiência individual das suas participadas que se num desempenho económico e financeiro bastante positivo: -----

- Os resultados líquidos do Grupo PP, ascenderam a 137M€ – aproximando-se dos de 2019 (139M€) –, tendo todos os segmentos apresentado também resultados positivos; -----

- O Grupo registou uma redução do endividamento na ordem dos de 707M€ em 2021, essencialmente suportado pela holding PP (600 M€); -----

- O investimento do Grupo foi de 188 M€, superior a 2020 (146 M€) e a 2019 (162 M€). -----

- Em termos da Holding, há a assinalar: -----

- Os resultados líquidos do exercício rondaram os 29 M€, superior a 2020 (20 M€); -----

- A autonomia financeira da PP continua a manter níveis elevados (94%). -----

- Um cenário futuro de incerteza e risco associados à atividade económica após pandemia, e às alterações drásticas no mercado dos fatores de produção, impõem ao Grupo e a cada uma das suas participadas, uma reflexão e alinhamento estratégico que permita explorar oportunidades de reorganização de governança, de reposicionamento comercial, de reconfiguração da segurança tecnológica e de exploração de sinergias com impacto relevante na eficiência coletiva, não só financeiros como societários e de integridade corporativa. -----

- Nesse futuro de exploração de sinergias corporativas com as participadas – para além de uma função de apoio à Tutela e ao acionista –, desempenhará um papel relevante o Centro de Conhecimento e Competências, naturalmente, no âmbito dos *skills* em que se tem especializado. -----

Sobre o Relatório do Governo Societário: -----

O Presidente da Mesa agradeceu a exposição sobre a atividade relevante de 2021, passando a palavra ao Dr. João Carlos Pinhão, que efetuou uma apresentação, a qual fica anexa à presente ata, da qual faz parte integrante. -----

Foi, ainda, dada a palavra ao Dr. José Miguel Rodrigues, o qual salientou os pareceres às demonstrações financeiras devidamente emitidos em relatório da Comissão de Auditoria e do ROC. -----

De seguida foi dada a palavra ao representante do acionista Estado, o qual votou favoravelmente a aprovação do Relatório de Gestão e Contas relativos ao exercício de 2021, consolidadas e separadas, incluindo o Relatório de Sustentabilidade, atenta a Certificação Legal das Contas, sem reservas e com três ênfases, e o parecer favorável da Comissão de Auditoria. -----

Quanto ao segundo ponto da ordem de trabalhos, o representante do acionista Estado votou favoravelmente a aprovação do Relatório do Governo Societário da Parpública, SGPS, SA, relativo ao ano de 2021, na versão inserida em SIRIEF a 30 de maio de 2022, atenta a apreciação da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial através do Relatório de Análise n.º 153/2022, de 2 de junho, admitindo corrigida pela empresa, conforme referido no Relatório da UTAM, a hiperligação de acesso ao Relatório de Execução do PGRCCIC (Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas). -----

Relativamente ao terceiro ponto da agenda, deu a palavra ao Dr. Jaime Andrez, o qual referiu que o Conselho de Administração, após articulação com a Tutela, considera existirem condições para, se for essa a posição do Acionista, haver lugar a distribuição, parcial ou total, de dividendos, dada a tesouraria detida pela Sociedade. -----

Tomando a palavra, o representante do acionista Estado, agradecendo a posição manifestada pelo Presidente do Conselho de Administração, propôs e votou favoravelmente que o resultado líquido apurado no exercício de 2021, no montante de 29.428.379,64 euros, seja integralmente afeto à distribuição de dividendos. -----

No que concerne ao quarto ponto da ordem de trabalhos, o representante do acionista Estado votou favoravelmente, nos termos do artigo 455.º do Código das Sociedades Comerciais, um voto de confiança nos órgãos de administração e fiscalização da Sociedade, e em cada um dos seus membros. -----

